



POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

***EDUCATIONAL POLICIES FOR SPECIAL EDUCATION STUDENTS: WHAT
RESEARCH SAYS***

Karla Franciellen Ortiz Espindola¹
Regina Tereza Cestari de Oliveira²

Resumo: Este texto apresenta um recorte da pesquisa de mestrado em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), a Linha de Pesquisa Política, Gestão e História da Educação e ao Grupo de Pesquisa sobre Políticas Públicas e Gestão da Educação (GEPPE), sobre as políticas educacionais para pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS. Seu objetivo é apresentar um mapeamento de dissertações de mestrado em Educação que discutem a temática da educação especial e inclusiva para pessoas com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, correspondentes aos anos de 2018 a 2023. A metodologia compreende pesquisa bibliográfica, por meio de consulta aos repositórios da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Os resultados identificaram que as nove dissertações levantadas sobre a temática educação especial têm como ponto comum a análise da inclusão escolar de estudantes da educação especial e discutem as demandas necessárias para o seu alcance como o acesso, a permanência, a acessibilidade, o transporte escolar e os recursos disponíveis.

Palavras-chave: Política educacional. Educação especial. Inclusão escolar.

Abstract: This paper presents a section of the master's research in Education, linked to the Graduate Program in Education - Master's and Doctorate of the Catholic University

¹ Mestrado e Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação- (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Email: karla.ortiz@ufms.br. Instituição financiadora: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

²Doutorado em Educação pela UNICAMP. Docente pelo Programa de Pós-Graduação em Educação- (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Email: reginacestari@ucdb.br



of Dom Bosco (UCDB), the Research Line Policy, Management and History of Education and the Research Group on Public Policies and Education Management (GEPPE), on educational policies for people with disabilities and global developmental disorders of the Municipal Education Network of Campo Grande-MS. It aims to present a mapping of master's dissertations in Education that discuss the theme of special and inclusive education for people with disabilities and global developmental disorders, corresponding to the years 2018 to 2023. The methodology comprises bibliographic research, through consultation of the repositories of the Catholic University of Dom Bosco (UCDB), the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) and the Federal University of Grande Dourados (UFGD). The results identified that the nine dissertations raised on the theme of special education have as a common point the analysis of the school inclusion of special education students and discuss the necessary demands for their achievement such as access, permanence, accessibility, school transportation, and available resources.

Keywords: Educational policy. Special education. School inclusion.

Introdução

É importante mencionar, ao iniciar a discussão sobre o tema, que para a análise de políticas educacionais é necessário compreender o que são políticas públicas e como elas são construídas, sendo fundamental, conforme Dourado (2010), o entendimento do Estado, que em uma concepção ampla abrange a sociedade política e a sociedade civil, seus embates e o percurso histórico em que elas se constroem, “tendo por marco as condições objetivas em que se efetivam a relação educação e sociedade, os processos sistemáticos ou não de gestão, bem como o papel das instituições educativas e dos diferentes atores que constroem o seu cotidiano” (Dourado, 2010, p. 679).

As políticas públicas seriam respostas às demandas de grupos sociais que se organizam para buscar soluções (Dourado, 2010). Portanto, resultam de embates e disputas e do processo de correlação de forças, em que os segmentos sociais apresentam as suas demandas e lutam para que os seus interesses sejam atendidos.



O autor refere-se à educação como direito social fundamental e afirma que sua efetivação se dá em um contexto caracterizado como um campo de disputas de concepções e projetos, portanto, “demarcada por posições políticas não apenas diferentes, mas substantivamente contraditórias” (Dourado, 2010, p. 680). Isso quer dizer que

[...] a educação é um ato político que expressa diferentes concepções e não por acaso as políticas educacionais, na qualidade de políticas públicas, traduzem tais disputas. É fundamental, ainda, ressaltar que tais políticas expressam os limites e possibilidades resultantes das condições sociais mais amplas que configuram a sociabilidade capitalista (Dourado, 2010, p. 680).

Nesse sentido, a produção teórica na área educacional expressa concepções de mundo, de sociedade e de educação e “traduzem o lugar histórico e, portanto, político-ideológico de onde se inscrevem” (Dourado, 2010, p. 680).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996, art. 58).

Com base nesses pressupostos buscou-se apresentar, neste texto, as pesquisas referentes às políticas públicas de educação especial, particularmente de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, de modo a identificar os objetos de pesquisa.

A metodologia fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, com base no levantamento de dissertações de mestrado pertinentes ao tema, por meio de consulta no Repositório Institucional da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Levantamento bibliográfico



Foram selecionadas nove dissertações que se relacionam ao tema Educação Especial, apresentadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1- Dissertações de Mestrado em Educação selecionadas

Ano	Universidade	Pesquisador	Natureza da Pesquisa/Título
2018	Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	Janine Azevedo Barthimann Carvalho	Dissertação: O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do sul (PEE/MS – 2014-2024): meta 4: educação especial
2019	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Daniela Pereira Nantes	Dissertação: Inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual: estudos sobre as práticas pedagógicas em sala de aula
2019	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Rosely dos Santos Madruga	Dissertação: O Atendimento Educacional Especializado na Educação Superior
2020	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus do pantanal	Fabiane da Silva Ferreira	Dissertação: As Concepções dos Professores da Educação Básica e da Educação Especial Sobre o Uso das TIC e da Tecnologia Assistiva
2021	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Maria Elena Aquino Dutra	Dissertação: Os processos inclusivos de estudantes migrantes surdos em escolas da fronteira seca Brasil/Paraguai
2021	Universidade Federal da Grande Dourados	Luciene Barbosa Vitor Lima	Dissertação: Caracterização do Atendimento Educacional Especializado para o Aluno com Deficiência Intelectual nas Salas de Recursos Multifuncionais
2022	Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	Ana Claudia Pitanga da Silva Barbosa	Dissertação: Judicialização da educação especial: implicações para a garantia do direito à educação na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2015-2020)



2022	Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	Cidnei Amaral de Mello	Dissertação: Aplicação de políticas norteadoras de educação inclusiva em Mato Grosso do Sul: CEAME/TEA (2016-2020)
2023	Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	Maira Cristiane Benites	Dissertação: Políticas Educacionais para Tecnologia Assistiva no processo de inclusão

Fonte: informações levantadas no Repositório Institucional da UCDB, da UFMS e da UFGD.

A dissertação de Carvalho (2018), defendida na UCDB, teve como objeto de estudo a Meta 4 - Educação especial e as estratégias do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014-2024). Apresentou como objetivo geral analisar as ações do Estado de Mato Grosso do Sul que contribuíram para a materialização da Meta 4. A metodologia de pesquisa utilizada foi a investigação sistematizada por meio de documentos.

O estudo indicou que a Meta 4 (quatro) do PEE/MS (2014-2024) apresenta 29 (vinte e nove) estratégias voltadas ao público da educação especial e esse documento mostrou aos governos e à sociedade o norteadimento das políticas educacionais concernentes ao público-alvo da educação especial. Os resultados evidenciaram a necessidade do compromisso com as especificidades da educação especial, assim como investimentos que viabilizem as ações da Meta 4.

A dissertação de Nantes (2019) apresentou como objetivo investigar as práticas pedagógicas desenvolvidas para promover a aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual na classe comum de uma escola de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul.

O estudo analisou os significados que permeiam o processo de ensino aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual, com pesquisa nos moldes de estudo de caso, sendo utilizados questionários semiestruturados e análise de documentos. Verificou que a existência das políticas educacionais, sem especificar as ações estruturais



e pedagógicas para efetivação da inclusão escolar, não garante um ensino de qualidade, pois os estudantes com deficiência intelectual que participaram desta pesquisa conseguiram o direito de matrícula na escola regular, entretanto, a inclusão escolar não se concretizou (Nantes, 2019).

Madruga (2019) analisou como as universidades públicas e privadas do Estado de Mato Grosso do Sul oferecem o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A metodologia, com base na pesquisa documental, exploratória e descritivo-analítica, utilizou como instrumento entrevistas semiestruturadas realizadas com os responsáveis pelos núcleos de acessibilidade das universidades participantes.

Os resultados indicaram que é complexo o oferecimento do AEE na Educação Superior, pois embora tenha legislação que inclua o estudante na educação básica, não há nenhuma especificamente elaborada para a Educação Superior. Como sugestão propôs a criação de uma política nacional para atendimento desses estudantes, bem como a elaboração de políticas institucionais, segundo a autonomia de cada Instituição de Ensino Superior.

A dissertação de Ferreira (2020) analisou as concepções dos professores da educação básica e da educação especial sobre o uso das TIC e da tecnologia assistiva. Utilizou como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, analisou discursos e documentos. Foram entrevistados 10 (dez) professores, sendo 3 (três) professores regentes e 3 (três) professores de área, atuantes em sala de aula comum; e 4 (quatro) professores do Atendimento Educacional Especializado de Salas de Recursos.

A autora verificou que os professores especializados utilizam mais das tecnologias digitais do que os professores regentes das salas comuns, apresentando variadas percepções sobre as TIC e os recursos da Tecnologia Assistiva (TA). Constatou que o termo “Inclusão” termina por ocultar a luta de classes no discurso oficial e os professores entrevistados se apropriam desse discurso de diversas formas (Ferreira, 2020).



Dutra (2021), em sua dissertação, buscou caracterizar as práticas educativas relacionadas à educação inclusiva no geral e, particularmente, para os estudantes surdos migrantes do Paraguai. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, com foco no estudo de caso realizado em uma escola pública da cidade de Ponta Porã-MS, com dois estudantes migrantes surdos, bem como a análise documental.

Os resultados mostraram a ausência de registro sobre estudantes surdos migrantes, indicaram também que as práticas educativas inclusivas encontradas não retratam ações reais de inclusão. O atendimento educacional aos alunos surdos e surdos migrantes, por sua vez, aparece de forma introdutória e os professores têm buscado meios para proporcionar a inclusão desses estudantes (Dutra, 2021).

A dissertação de Lima (2021) analisou o atendimento educacional especializado destinado ao aluno com deficiência intelectual nas salas de recursos multifuncionais, em uma escola de pequeno porte de um município de Mato Grosso do Sul. Os sujeitos da pesquisa foram professores das salas de recursos multifuncionais, que oferecem atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência intelectual, na rede municipal de ensino. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e sessões de grupos focais.

A autora observou que a pandemia causou um impacto à rotina de atendimento aos estudantes com deficiência intelectual e os professores buscaram estratégias para garantia de condições de aprendizagem desses alunos, ficando evidente o destaque do papel do professor de sala de recursos multifuncionais no processo de inclusão escolar.

Barbosa (2022) analisou as decisões do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), sobre as demandas relacionadas aos estudantes da educação especial, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, da Rede Estadual de Ensino de MS, tendo em vista a inclusão escolar, como direito social.



Utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e a análise das demandas disponibilizadas nos bancos digitais do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Realizou entrevista semiestruturada com a representante da Coordenadoria de Políticas para Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS).

A autora identificou durante a pesquisa 14 (quatorze) demandas iniciadas com assistência da Defensoria Pública, pelo Ministério Público, a pedido do Conselho Tutelar e pelos genitores nos municípios de Campo Grande, Mundo Novo, Sete Quedas, Amambai, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Itaquiraí e Ponta Porã, sendo 11 (onze) individuais, solicitando professor de apoio especializado para acompanhamento dos estudantes nas classes comuns de ensino regular, uma solicitando transporte e duas demandas coletivas solicitando elaboração de plano pedagógico e professor de apoio especializado. Concluiu que, em todos os casos, houve condenação do Estado de Mato Grosso do Sul para atendimento das demandas (Barbosa, 2022).

A dissertação de mestrado de Mello (2022) analisou as políticas norteadoras aplicadas ao Centro Estadual de Apoio Multidisciplinar Educacional ao Estudante com Transtorno do Espectro Autista (CEAME/TEA), para a educação escolar inclusiva na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE/MS).

Para tanto, coletou, sistematizou e analisou documentos produzidos no Centro Estadual de Apoio Multidisciplinar Educacional ao Estudante com Transtorno do Espectro Autista, documentos produzidos em âmbito federal e em âmbito estadual, como legislação e programas educacionais, além de documentos produzidos pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS): atos normativos, indicações, pareceres, deliberações do Conselho Estadual de Educação.

A pesquisa constatou que a atuação do CEAME/TEA se limita às escolas da REE/MS onde foram matriculados alunos com autismo, atende aos 79 municípios do



Estado de Mato Grosso do Sul, atende de forma direta por meio dos técnicos nas 77 escolas da REE/MS em Campo Grande e de forma indireta, nas escolas da REE/MS situadas nas demais cidades, por meio dos técnicos dos Núcleos de Educação Especial (NUESP). A análise de documentos indicou que esse Centro se ocupa em desenvolver seu trabalho para garantir a oferta da educação escolar inclusiva para alunos com autismo, matriculados na REE/MS, por meio das visitas de seus técnicos ou dos técnicos do NUESP, acompanhando os alunos com TEA e realizando o assessoramento da equipe pedagógica.

Concluiu que há fragilidade no acompanhamento aos estudantes pelos técnicos, tanto do CEAME/TEA quanto do NUESP, por não poderem estar nas escolas todos os dias, devido ao quantitativo de técnicos ser inferior ao que se faz necessário (Mello, 2022).

A dissertação de mestrado de Benites (2023) apresenta como objetivo estudar as políticas educacionais para oferta da Tecnologia Assistiva no processo de educação inclusiva a estudantes com Transtorno do Espectro Autista da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, correspondentes aos anos de 2015 a 2022, período dos dois governos de Reinaldo Azambuja. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental de caráter analítico.

Os resultados indicaram que o acesso à escola não é garantido apenas com a matrícula formal e sim com o acesso a recursos tecnológicos e materiais que promovam o aprendizado e a oferta desses materiais que fazem parte da tecnologia assistiva e devem ser disponibilizados pelo estado (Benites, 2023).

Observa-se que as dissertações, embora com objetos de estudo específicos, têm como ponto comum a análise da inclusão escolar de estudantes da educação especial, e discutem as demandas necessárias para o seu alcance como o acesso, a permanência, a acessibilidade, o transporte escolar e os recursos disponíveis.



Considerações Finais

A Constituição Federal de 1988 declara a educação como o primeiro direito social, conforme o art. 6º e, portanto, dever do Estado (Brasil, 1988).

No início do primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) foi proposta a formação de um sistema educacional inclusivo, como política de educação nacional, “em que o lugar da educação escolar de todas as crianças passa a ser a escola comum/regular e a educação especial passa a ser apresentada como complemento ou suplemento à escolaridade obrigatória” (Kassar; Rebelo; Oliveira, 2019, p. 7).

Essa proposta, oriunda de diferentes mobilizações sociais, trouxe uma série de debates em que foram apresentados conceitos e ideias sobre como incluir pessoas com deficiência, e como preparar as instituições de ensino para acolher devidamente os estudantes da educação especial. “A mobilização e os embates dos diferentes atores para o direcionamento das ações da política de Educação Especial são esperados em uma sociedade democrática”, como afirmam Kassar, Rebelo e Oliveira (2019, p. 14).

Conclui-se, a partir do levantamento das dissertações, que as pesquisas compreendendo a temática da educação especial para pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento discutem objetos de estudo específicos, em diferentes contextos escolares e mostram as diferentes concepções de educação e de inclusão, muitas vezes a inclusão escolar de estudantes da educação especial, apresenta-se genericamente denominada como inclusão ou educação inclusiva.

Referências

BARBOSA, A. C. P. da S. *Judicialização da educação especial: implicações para a garantia do direito à educação na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul*



(2015-2020).2022.155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS. Disponível em: <https://site.ucdb.br//public/md-dissertacoes/1040280-ana-claudia-pitanga.pdf>. Acesso em 14 mar. 2023.

BENITES, M.C. *Políticas Educacionais para Tecnologia Assistiva no processo de inclusão*. 2023.119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2023. Disponível em: <https://site.ucdb.br//public/md-dissertacoes/1044119-maira-cristiane-benites.pdf>. Acesso em 31 ago. 2023.

BRASIL.[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: *Diário Oficial da União*. 5 out., 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 7 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 7 maio 2023.

CARVALHO, J.A.B. *O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE/MS – 2014-2024): Meta 4: Educação Especial*. 2018.129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2019. Disponível em: <https://site.ucdb.br//public/mddissertacoes/1025857-janine-azevedo.pdf>. Acesso em 14 jul. 2023.

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009 Questões Estruturais e Conjunturais de uma Política. *Educação e Sociedade*, Campinas v.31, n.112, p.677-705, jul.-set.2010. p.677-682. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/q8MtGNtnrL8zS3sGpnrYkwf/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 20 maio 2023.

DUTRA, M.E.A. *Os processos inclusivos de estudantes migrantes surdos em Escolas da fronteira seca Brasil/Paraguai*. 2021.154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2021. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/9590>. Acesso em 31 ago. 2023.

FERREIRA, F. da S. *As Concepções dos Professores da Educação Básica e da Educação Especial sobre o uso das TIC e da Tecnologia Assistiva*. 2020.118 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso



do Sul, Campus do Pantanal, MS. Disponível em: <https://ppgecpan.ufms.br/fabiane-dasilva-ferreira-as-concepcoes-dos-professores-da-educacao-basica-e-da-educacao-especial-sobre-o-uso-das-tic-e-da-tecnologia-assistiva/>. Acesso em 30 mar. 2023.

KASSAR, M. C. M.; REBELO A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. Embates e disputas na política nacional de educação especial. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 45, p. e217170, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/SVmZZLzBnrZFnyqXR9TSpYc/>. Acesso em 19 maio 2023.

LIMA, L.B.V. *Caracterização do Atendimento Educacional Especializado para o Aluno com Deficiência Intelectual nas Salas de Recursos Multifuncionais.* 2021.80 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2021. Disponível em:
<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/Mestrado-Doutorado-Educacao/Disserta%C3%A7%C3%A7%C5%8B%20Defendidas/LucieneBarbosaVitorLima%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A7%C5%8B.pdf>. Acesso em 31 ago. 2023.

MADRUGA, R.S. *O Atendimento Educacional Especializado na Educação Superior.* 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS. 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4455/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Rosely.pdf>. Acesso em 14 ago. 2023.

MELLO, C. A. de. *Aplicação de políticas norteadoras de educação inclusiva em Mato Grosso do Sul.* CEAME/TEA. 2023. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <https://site.ucdb.br//public/md-dissertacoes/1040122-cidnei-amaral.pdf>. Acesso em 17 maio 2023.

NANTES, D. P. *Inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual: estudos sobre as práticas pedagógicas em sala de aula.* 2019.126 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/7163>. Acesso em 15 maio 2023.